

ENTREVISTA

POLÍTICAS PÚBLICAS E A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

As políticas públicas de incentivo à formação e atualização profissional têm sido fundamentais para o combate ao desemprego no país. Entre o fim do século 20 e este início de século, governos estimulam o empresariado a investir na educação profissional como peça-chave para que os trabalhadores possam acompanhar os avanços técnicos e tecnológicos, bem como as transformações sociais que demandam novas qualidades para o mundo do trabalho. “É uma necessidade do setor empresarial, face à mudança constante dos processos e técnicas, às especificidades de suas linhas de produtos e mesmo à política de concorrência e competitividade”, comenta o entrevistado desta edição, Walter Barelli, na conversa com Attilio Brunacci.

foto: Ricardo Della Rosa



Attilio Brunacci

Graduado em Filosofia e Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Funcionário aposentado da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), onde desenvolveu trabalhos no setor de transferência de tecnologia e educação ambiental. Na gestão do secretário Walter Barelli pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo, colaborou na implantação das Frentes de Trabalho da Região Metropolitana. Atuou na periferia da capital, implantando ações de caráter sociocultural. É assessor de professores e alunos em trabalhos acadêmicos em nível de Mestrado e Doutorado em algumas áreas do conhecimento.

E-mail:
atilio.brunacci@gmail.com

foto: Su Stathopoulos



Walter Barelli

Economista, professor aposentado da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foi diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), ministro do Trabalho no Governo Itamar Franco e secretário de Emprego e Relações do Trabalho do Governo do Estado de São Paulo.

E-mail:
walter.barelli@gmail.com

Attilio Brunacci – Professor Barelli, o tema da formação profissional tem tudo a ver com o seu passado de ministro do Trabalho em 1992, quatro anos após a Constituição de 1988, a qual, por sinal, conta com dois artigos priorizando a qualificação ou formação para o trabalho.

Walter Barelli – Sua pergunta é correta, mas precisamos voltar no tempo. Cheguei ao Ministério do Trabalho em 8 de outubro de 1992, dias após o processo de *impeachment* do Collor, por meio do Movimento pela Ética na Política. Os Ministérios precisavam ser reconstruídos e a corrupção deveria ser combatida. No caso da pasta do Trabalho, a principal demanda era a política salarial, em especial a correção do salário-mínimo, para enfrentar uma inflação acelerada. Mas não era só a urgência da política de salários que absorvia a atenção. A questão do emprego estava sobre a mesa, face ao crescimento das taxas de desocupação. Como presidente do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), pensei em usar esse fundo para um grande plano de construção de habitação popular como forma de intervir no mercado de trabalho. Os membros do Conselho Curador que compunham o Plenário, educadamente, retrucaram: “mas ministro – disseram – não existem recursos, pois o FGTS foi dilapidado no governo anterior”. Era um sonho que virava pesadelo. A proposta se alterou pela decisão de recuperar o FGTS, o que foi feito efetivamente no governo Itamar. Mas o pequenino Ministério do Trabalho tinha outro fundo, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que tinha sido preservado por ter sido criado na regulamentação da Constituição de 1988. Ele garantia os recursos para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e para o pagamento do seguro-desemprego e do chamado décimo quarto salário. À época, cumpria sua destinação legal e sobravam recursos. Surgia, junto com o então presidente do BNDES, a proposta de criarmos um “seguro-emprego”, com os recursos disponíveis. Primeiramente, por intermédio do BNDES, foram incentivadas ações que resultavam em emprego, como o financiamento do metrô de São Paulo, o linhão do emprego (em Curitiba) e, por meio de proposta do Ministério do Trabalho, os Programas de Geração de Emprego e Renda do FAT (Proger), que anteciparam a ideia do Banco do Povo, de dar condições aos bancos oficiais de fazerem empréstimos com juros mais baixos a empresas pequenas e médias. A medida mais efetiva foi discutir com o deputado federal que apresentara a Lei do FAT o patrocínio de uma emenda que tornasse possível usar os recursos desse fundo também na Formação Profissional. A resposta seria demasiadamente longa para que se desse a conhecer toda a complexidade do que foi o processo de, verdadeiramente, refundar o Ministério do Trabalho, na perspectiva da Ética e do Emprego – o nosso grande desafio no governo federal.

Attilio Brunacci – A formação profissional tem estado na pauta dos sindicatos brasileiros e das empresas?

Walter Barelli – Diferentemente de outros países, os sindicatos brasileiros não tinham a formação profissional como território seu. O modelo varguista atribuiu essa função à área empresarial. Foram instituídos o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Serviço Social da Indústria (Sesi), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e o Serviço Social do Comércio (Sesc). Alguns sindicatos tiveram alguma iniciativa na área; a mais antiga, do meu conhecimento, é a do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, com sua escola profissional. A mais estratégica foi a de grupos de oposição no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que formava militantes em técnicas para que obtivessem emprego e organizassem a resistência nas fábricas. A contratação dos recursos do FAT por sindicatos abriu a possibilidade da organização de um grande número de cursos, por intermédio dos sindicatos. Houve cursos tipo modelo, e outros sofríveis. A semente plantada caiu em alguns terrenos propícios, e em outros estéreis. A estrutura tripartite do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) e das Comissões de Emprego mantém a seiva do que foi bom e poderá renascer em outras circunstâncias.

Fora da excelência da educação profissional realizada no âmbito do chamado “Sistema S”, é importante lembrar que muitas empresas investem diretamente na formação de seus trabalhadores. É uma necessidade do setor empresarial, face à mudança constante dos processos e técnicas, às especificidades de suas linhas de produtos e mesmo à política de concorrência e competitividade.

Foi exatamente com o setor empresarial que construímos – a equipe e eu – a minha primeira experiência de desenvolvimento da formação profissional no Ministério do Trabalho: o Projeto Trabalhar, com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

Attilio Brunacci – Como se deram as relações do Ministério do Trabalho com o Ministério da Educação? Ambos tinham campos de convergência?

Walter Barelli – Como as empresas, o governo é organizado em caixas ou ministérios. A preocupação central do ex-ministro Murílio Hingel (Educação) era com o Plano Decenal de Educação para Todos. Mas pelo que me lembre, não tivemos nenhum projeto comum. Os ministros apresentavam seus projetos nas reuniões com o Presidente, ficávamos cientes do que estava sendo feito, e cada um voltava para seu mundo, consciente de que o governo do qual participava estava assoberbado de problemas. Volto a enfatizar as circunstâncias próprias do governo Itamar Franco. Proveniente de um processo de *impeachment*, não teve um interregno entre a eleição e a posse para articular sua equipe. Tinha de consertar o avião em pleno voo, mas mantínhamos boas relações e visávamos os objetivos definidos nas frequentes reuniões com o Presidente da República.

Attilio Brunacci – As preocupações com a formação profissional envolviam os três setores da economia: o rural, o industrial e o de comércio e serviços?

Walter Barelli – O sistema corporativo que ainda rege o mundo do trabalho contempla toda a economia e os trabalhadores. A área rural foi a última a ter o seu serviço específico para cuidar da formação profissional – o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). Nos projetos governamentais, tínhamos o cuidado de contemplar todos os setores, mas não interferíamos nas relações entre eles.

A preocupação maior do Ministério do Trabalho naquele momento era com o desemprego, tanto assim que foi criado o Conselho Nacional do Trabalho, para tratar prioritariamente desse assunto em que os setores econômicos e profissionais estavam representados, mas havia também assentos para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com o mandato de representarem os desempregados.

Attilio Brunacci – Como ministro, o senhor priorizou a obtenção de recursos para formação profissional?

Walter Barelli – A resposta é positiva. Foi com a ação direta do Ministério do Trabalho que o Congresso Nacional aprovou o uso de recursos do FAT para a Formação Profissional. O FAT tinha recursos acumulados, os quais aumentam quando há crescimento econômico. Sua fonte primeira é a do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). Depois, já na Secretaria do Emprego e das Relações do Trabalho do Estado de São Paulo, com recursos orçamentários estaduais, foram criadas as Frentes de Trabalho, em que as pessoas sem emprego tinham uma jornada de trabalho de seis horas diárias pelo período de cinco dias por semana, assim distribuídos: quatro dias na execução de tarefas em algum edifício da administração pública estadual, e um dia destinado à participação em cursos de qualificação profissional ou mesmo de alfabetização de adultos. Os cursos de Qualificação Profissional desenvolviam temas pertinentes às habilidades básicas, de gestão e específicas. Estas últimas eram entendidas como de aquisição de conhecimentos técnicos exigidos para o exercício competente de tarefas no mundo do trabalho.

Attilio Brunacci – O senhor foi nomeado Secretário de Relações de Trabalho pelo Governador Mário Covas. O senhor trouxe para São Paulo aquelas mesmas preocupações que o motivaram em Brasília como ministro?

Walter Barelli – Primeiro, uma informação. O Governador Covas me convidou para ser o Secretário de Relações do Trabalho. Eu argumentei: se o senhor mudar o nome para

Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho, eu aceito. Porque relações de trabalho é uma questão essencialmente federal. Nosso problema maior aqui é o do emprego. Por isso, o desafio é constituir uma Secretaria do Emprego. Ele concordou de imediato e eu aceitei o encargo.

Era o ano de 1995. O que eu tinha visto em Brasília, com a crise do Collor, repetiu aqui em São Paulo. Na primeira semana, não tinha dinheiro nem para pagar a gasolina da polícia; no final do mês, só tinha dinheiro para pagar 20% do salário do funcionalismo público. No segundo mês, tudo foi regularizado, mas os recursos eram bastante escassos.

Em 1996, desenvolvemos o Programa Aprendendo a Aprender, com mais de 500 participantes, representando todos os setores que tinham algo a ver com a Educação Profissional, tais como Organização Internacional do Trabalho (OIT), universidades, instituições do chamado “Sistema S”, centrais sindicais e órgãos governamentais. Esse Programa criou três projetos: Observatório Permanente de Emprego e Formação Profissional; Habilidades Básicas e Específicas; e Centro Empresarial Público de Formação Profissional.

Também em São Paulo, por intermédio de convênio com o Ministério do Trabalho, possibilitamos que muitas entidades (sindicais, empresariais, ONGs, educacionais) se candidatassem a aplicar recursos do FAT em projetos destinados à formação profissional de trabalhadores.

Resumidamente, poderia se dito que, em Brasília, nós pensamos em projetos para o Brasil e, em São Paulo, tivemos a oportunidade de ter um terreno fértil para executar muito daquilo que havia sido pensado e planejado em nível nacional.

Attilio Brunacci – Quando o senhor foi diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), lá pelos idos de 1980, o senhor foi convidado pelo governo federal para participar de um grupo de trabalho para estudar o avanço da informática e a possível inclusão dessa nova tecnologia no desenvolvimento econômico brasileiro. Por que um representante do Dieese?

Walter Barelli – Quem organizou esse trabalho foi a Secretaria Especial de Informática. Era um órgão da Presidência da República, criado no último governo militar. Era presidido por um coronel. Os militares costumam pensar em termos estratégicos e assim projetar o que precisa ser feito. Eles convidaram o Dieese para representar os trabalhadores, já prevendo as transformações que os meios eletrônicos iriam promover no universo do trabalho. Levei o convite para a diretoria do Dieese, que julgou importante participar e me incumbiu dessa tarefa. Era para coordenar um grupo de trabalho que apresentasse um relatório sobre os aspectos sociais e econômicos da automação da manufatura. Depois, foram criados outros grupos para tratar basicamente do mesmo tema, mas aplicados diretamente ao setor financeiro e ao enfrentamento das mudanças no setor comercial.

A pergunta foi: por que o Dieese? Porque, por lei, naquele momento, não podiam ser criadas as Centrais Sindicais. O Dieese é dirigido por representantes das diversas correntes sindicais e, por sua atuação eminentemente técnica, foi bem aceito por outros setores da sociedade: governos, empresas, sociedade civil. Por ser uma situação excepcional, fora dos padrões usuais do Dieese, a diretoria, composta por dirigentes sindicais, precisou autorizar que eu participasse como representante dos trabalhadores nesse estratégico grupo de trabalho.

Attilio Brunacci – O senhor tem se referido a revoluções industriais do passado recente, todas elas com mudanças significativas no mundo do trabalho. Como o Dieese tem atuado nessa situação e como tem auxiliado o enfrentamento das mudanças? E se ocorrer logo a quarta revolução industrial, estaremos preparados?

Walter Barelli – Venho de família operária do setor têxtil. Acompanhei muito de perto tudo o que acontecia com meus parentes, quando das mudanças da mecanização dos teares, especialmente em relação ao esforço maior exigido das tecelãs. Quando fui contratado pelo Dieese, vi o fim da linotipia no setor gráfico e o forte desemprego desses trabalhadores qualificados que, por profissão, compunham livros, jornais e revistas. Como se fossem peças velhas, eles foram sucateados, pois eram idosos e era muito difícil se relocarem. Na década de 80 do século passado, vi também o que representou a introdução de

robôs, computadores e outros mecanismos automáticos nas fábricas, bem como toda a transformação que ocorreu no âmbito do emprego bancário. A “quarta revolução” é uma sequência lógica do novo “Big Bang” (Bits, Átomos, Nanotecnologia e Genética). Por exemplo, já está se impondo bem rápido o uso generalizado da impressão em 3D. Foi anunciado um projeto da GE que quer fazer uma turbina de avião a jato com a impressão em 3D. Sei que este é um assunto bastante complexo, mas está para acontecer muito brevemente, prevendo-se o fim de várias atividades de trabalhadores de alta qualificação. Como se preparar para revoluções desse tipo? Relembro, a título de exemplo, o que consta de um documento feito no Dieese, quando da participação na Secretaria Especial de Informática, que apresento aqui em síntese:

- a) O aumento de produtividade deve ser compartilhado, por meio de aumentos de salários e diminuição dos preços dos produtos;
- b) O desemprego deve ser obstado pelo pleno emprego, redução da jornada diária, adiamento do ingresso precoce na força de trabalho e possibilidade de velhice digna;
- c) A efetiva participação dos trabalhadores nas decisões a respeito deve ser garantida;
- d) A participação dos trabalhadores na normatização dos processos deve estar assegurada por contratos coletivos de trabalho;
- e) A criação de comissões paritárias de tecnologia é de fundamental importância;
- f) A moratória tecnológica negociada deve garantir ao trabalhador que ele mantenha o emprego e o salário.

Tudo isso já era dito em maio de 1983, cinco anos antes da Constituição, e há mais de 30 anos! Entretanto, acredito que continua servindo como modelo de memória do que se propôs na antevisão da problemática da mudança tecnológica a ser provocada pela eletrônica e à qual devemos oferecer respostas rápidas, competentes, eficientes no processo e eficazes nos resultados, como questão de sobrevivência e inclusão neste mundo globalizado de trabalho e vida em sociedade.